

Republicanism in the Platina Region at the Time of the Farroupilha: A Study of Comparative History

Eduardo Scheidt

Doutorando em História na USP e Mestre em História pela UNISINOS.

Resumo

O presente artigo realiza uma análise comparada das “concepções de República” dos farrapos rio-grandenses e dos rio-platenses, que fizeram parte da coalizão anti-rosista, durante o período da Revolução Farroupilha. Utilizando-se da imprensa época como principal fonte, identificamos uma trajetória comum de diferentes concepções de República, tanto entre os farrapos, quanto entre os opositores a Rosas. Em ambos os grupos, houve tensões entre concepções de República igualitárias e liberais, relacionadas com as transformações sociais da época. Concluímos que o Rio Grande do Sul, à época da Revolução Farroupilha, inseriu-se no contexto platino e que o ideário republicano, oriundo do Prata, repercutiu entre os farroupilhas, adaptando-se ao contexto histórico rio-grandense.

Palavras-chave

republicanismo - história das idéias - região platina.



1 - Introdução

República foi a forma de governo assumida pelos novos Estados latino-americanos, à exceção do Brasil, que surgiram durante o processo de Independência. O republicanismo, desta forma, constituía-se em uma importante ideologia utilizada na construção destes novos Estados. Os vocábulos “República” e “republicano”, entretanto, tinham significados distintos dos atuais, ultrapassando a caracterização de uma forma de governo diferente da monarquia. O republicanismo esteve diretamente relacionado aos movimentos emancipatórios, adquirindo características de uma identidade política latino-americana. Ser republicano significava ser “americano”, defensor de um sistema antagônico ao colonialismo europeu.

Nosso trabalho fundamenta-se na noção de que as concepções de República são construções ideológicas¹ de grupos sociais, as quais devem ser contextualizadas historicamente². Neste sentido, é necessário atentar-se aos distintos significados que o termo “República” adquiriu no vocabulário político da época. Conforme define Nicola Matteucci, ao longo da história, “[...] o significado do termo República evolve e muda profundamente com o tempo [...], adquirindo conotações diversas, conforme o contexto conceptual em que se insere.” (In: BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1986, p. 1107).

Nosso estudo analisa as concepções de República na Região Platina³, durante o período da Revolução Farroupilha. Naquela conjuntura, a principal manifestação do republicanismo na Região Platina foi o surgimento da “República Rio-Grandense”. Em nossa pesquisa, comparamos as concepções republicanas dos farroupilhas rio-grandenses com as dos rio-platenses que, a partir de Montevideu e Corrientes, faziam oposição ao regime rosista. Elegemos, para a comparação, os opositores a Rosas porque foi prioritariamente com eles que os farroupilhas buscaram estabelecer alianças, durante o período analisado, ainda que as relações externas tenham sido marcadas

por ambigüidades⁴. Além disto, já que nossa principal fonte foi a imprensa da época, contribuiu, para nossa decisão pelo estudo comparado, o fato de periódicos opositores ao regime rosista terem sido citados e, eventualmente, reproduzidos na imprensa farroupilha rio-grandense⁵.

2- O Avento do Republicanismo na Região Platina

As distintas concepções republicanas, no Rio da Prata, estiveram relacionadas com o processo de Independência e a complexa formação dos novos Estados. A República, embora tenha sido a forma de governo que prevaleceu na região, não foi a única proposta de regime político e, mesmo entre os republicanos, houve maneiras diversas de se pensar o que seria uma República.

Neste sentido, as concepções de República inseriam-se em um contexto mais amplo, caracterizado pela discussão de como se organizariam os novos Estados, a partir do processo de Independência, o qual os contemporâneos denominavam de “Revolução”. Segundo François-Xavier GUERRA (1994), com o processo de Independência, as elites políticas rio-platenses adentraram-se na “modernidade política”. A principal característica desta modernidade era o deslocamento da soberania dos reis para a “nação”, concebida como o “povo” organizado politicamente. Assim, ainda conforme o autor, para entendermos as transformações da época: *“Se trata, ante todo, de comprender la lógica profunda de un proceso complejo que pone en juego los elementos constitutivos de lo político: ¿quién debe ejercer el poder? ¿donde? ¿como? ¿en nombre de qui o de quién?”* (id., ibid., 1994, p. 196).

Já o historiador argentino José Carlos CHIARAMONTE (1997) avançou em relação a Guerra, ao concluir que a inserção das elites contemporâneas na “modernidade política” foi complexa, combinando novas concepções políticas com as “tradicionais”, especialmente nos primeiros anos do processo de Independência, quando o “municipalismo”, expresso nos Cabildos, teve uma relevante importância. Chiaramonte também afirma

que a questões em torno da soberania nortearam o debate político de então. O tumultuado e complexo processo de construção dos novos Estados, desta forma, foi acompanhado por um intenso debate quanto às propostas de soberania, no interior do qual havia

Por un lado, quienes entendían que las decisiones a tomar deberían partir del conjunto de los pueblos soberanos, los que en términos del Derecho de Gentes eran personas morales en condiciones de igualdad, independientemente de su poderio y tamaño, y cuyo consentimiento, según el mismo Derecho, ninguna decisión que les concerniera poseía legitimidad. [...] Y, por otro, quienes consideraban necesario organizar de inmediato un nuevo Estado, a cuya cabeza debía figurar la “antigua capital del Reino”, en este caso, Buenos Aires y frente a la cual los demás pueblos eran subordinados. (id., *ibid.*, 1997, p. 128).

Desta forma, segundo nosso entendimento, as concepções republicanas estiveram diretamente relacionadas às discussões políticas em torno do complexo processo de formação dos Estados emergentes.

Assim como na maior parte da América Latina, o republicanismo, na Região Platina, teve uma importante relevância no processo de Independência. Até mesmo antes, ainda no período colonial, o vocábulo “República” já era utilizado no Rio da Prata. Influenciados tanto pelo municipalismo hispânico da era colonial quanto pelas concepções rousseauianas, os *criollos* consideravam os Cabildos como as suas “Repúblicas”, sem que isto significasse contradição com o regime monárquico imperial.

Mas foi somente a partir da Independência, que o republicanismo expandiu-se no Rio da Prata. O processo emancipatório foi denominado, pelos contemporâneos, de “Revolução americana” ou “Revolução republicana”. O republicanismo, desta forma, inseria-se como uma identidade política dos movimentos de Independência latino-americanos. A adesão à República foi uma identificação política dos protagonistas da emancipação

com a América independente e um distanciamento da Europa colonialista e monárquica.

Oriundas da Europa e dos EUA, as concepções de República chegavam, à Região Platina, como “idéias universais”. Entretanto, ao invés de serem aplicadas diretamente, estas idéias passavam por um processo de seleção e adaptação para as realidades locais. Desta forma, também na Região Platina houve distintas concepções de República nos diferentes contextos temporais e espaciais, ao longo da primeira metade do século XIX.

Logo no início do processo de Independência, com a emancipação do Cabildo de Buenos Aires em maio de 1810, o vocábulo “República” ainda era predominantemente associado a pequenas extensões territoriais; mais precisamente, aos Cabildos. Além disso, como a emancipação deu-se em nome do imperador espanhol Fernando VII, então prisioneiro de Napoleão, a República não era ainda considerada incompatível com o regime monárquico.

A contraposição entre República e monarquia deu-se a partir da Proclamação de Independência das “Províncias Unidas do Rio da Prata”, no Congresso de Tucumán, em 1816. Desde então, os rio-platenses declararam-se livres e republicanos, diferenciando-se dos espanhóis colonialistas e monárquicos. Entretanto, não houve, entre os rio-platenses, unanimidade em torno das concepções de República. Enquanto os “unitários” defendiam uma República centralizada, a partir de Buenos Aires, os “federalistas” eram partidários das autonomias locais em uma República federal. Entre estes últimos, destacou-se o projeto de Artigas, não somente por sua proposta de uma tênue federação, com amplas autonomias para as províncias, mas, também, devido ao conteúdo social de seu republicanismo, que previa transformações nas estruturas, como a divisão de terras entre a população.

Os conflitos que se seguiram à declaração de Independência deram início a várias décadas de confrontos, em um conturbado processo

de construção dos novos Estados. As distintas concepções de República inseriram-se, naquele contexto, como parte das discussões políticas mais amplas, em torno de como se efetivariam as soberanias naqueles Estados. As províncias do ex-Vice Reinado do Prata constituíam-se, na prática, em Estados independentes e soberanos e lutavam para manter suas autonomias, contrapondo-se às tentativas de centralização de Buenos Aires.

No Rio Grande do Sul, o republicanismo teve menor expressão que no Rio da Prata, naquele período. A então província de São Pedro do Rio Grande fazia parte do Império português e, a partir de 1822, do brasileiro. Entretanto, semelhante ao caso das províncias rio-platenses, o Rio Grande do Sul caracterizava-se por uma forte autonomia local. As elites resistiam às tentativas de centralização por parte do poder central. Mesmo sendo parte integrante de um Império, concepções republicanas fizeram-se presentes no Rio Grande do Sul, especialmente por influências platinas. Nas campanhas contra Artigas, os contatos entre as tropas proporcionaram a adesão de muitos rio-grandenses ao republicanismo federalista daquele. As relações entre líderes rio-grandenses e rio-platenses, como as de Bento Gonçalves e Lavalleja e Bento Manuel com Rivera, também proporcionaram intercâmbios de idéias políticas. Na primeira metade da década de 1830, partidários de Lavalleja atuavam em sociedades secretas, enquanto periódicos de Porto Alegre, como *O Recopilador Liberal* e *O Republicano*, divulgando o ideário republicano entre os rio-grandenses.

O republicanismo rio-grandense passou a ter relevância a partir do advento da Revolução Farroupilha, em setembro de 1835, adquirindo ainda mais importância com a proclamação da República Rio-Grandense, um ano após. Com a República, os farrapos buscaram, até fevereiro de 1845, garantir a autonomia local tentando construir um Estado soberano e independente. Nem todo o Rio Grande do Sul, no entanto, foi farroupilha, pois as cidades de Porto Alegre e Rio Grande mantiveram-se legalistas, nunca estando sob o controle da República. Ainda que nem todos líderes farrou-

pillhas tenham efetivamente sido republicanos convictos, o republicanismo foi a principal identidade política do movimento rio-grandense. A adesão à República era o argumento ideológico mais utilizado para justificar o conflito com o Império, a luta pela Independência e as aproximações com os Estados vizinhos, fundamentais para a sobrevivência da República Rio-Grandense. Influenciados pelas idéias artiguistas, os farrapos ainda propunham uma federação a outras províncias brasileiras que também viessem a se tornar republicanas, desde que a independência local fosse mantida.

3- Concepções de República na Região Platina Durante a Revolução Farroupilha

O republicanismo consistia em uma das principais ideologias para a ação dos protagonistas do movimento farroupilha e das lutas que se desenvolviam paralelamente no Rio da Prata. Em toda a Região Platina, vocábulos “República” e “republicano” eram amplamente utilizados. Tanto para os rio-grandenses farroupilhas quanto para os rio-platenses opositores ao regime rosista a República representava um espaço territorial soberano, que coincidia com os Estados que se tentava construir, em meio as lutas contra as políticas centralizadoras do Império e de Rosas, respectivamente.

A República, entretanto, tinha um significado maior do que o de Estado, pois ela não era apenas um território, mas um território organizado politicamente. República, desta forma, significava uma “comunidade politicamente organizada”, legitimada por uma Constituição. Para os farrapos e os uruguaios, a “comunidade política republicana” coincidia com os Estados autônomos que eles tentavam construir. Mas era na concepção dos exilados argentinos, participantes da coalizão anti-rosista, que o significado essencialmente político de República era mais claramente percebido. Para eles, a “República Argentina” era menos uma realidade do que algo que ainda teria que ser construído. Ainda segundo as concepções daqueles exilados, Rosas era excluído da República, enquanto apenas os opositores ao regime rosista eram considerados verdadeiros republicanos.

Entretanto, nem os farrapos, nem os platinos de oposição a Rosas eram grupos homogêneos. Ainda que ambos tenham utilizado o republicanismo em suas lutas contra o Império brasileiro e Rosas, fizeram-se presentes, também, divergências no interior destes grupos. Analisaremos, pois, as tensões de idéias entre diferentes concepções republicanas entre eles. Fazemos um estudo comparado entre as diferentes concepções dos farroupilhas com as dos rio-platenses opositores a Rosas.

3.1- Tensões de idéias na República Rio-Grandense.

No caso rio-grandense, embora a República tivesse sido proclamada em setembro de 1836, o primeiro periódico oficial dos republicanos, *O Povo*, só começou a circular dois anos depois, em 01 de setembro de 1838. A publicação de um periódico, com o intuito de divulgar a ideologia do movimento, no entanto, sempre fora uma preocupação dos revolucionários rio-grandenses. Domingos José de Almeida, ao referir-se a necessidade da propaganda pela imprensa, declarou que “*esta arma nos faz muita falta*” (apud GUAZZELLI, 1997, p. 236).

Além da demora no aparecimento do primeiro periódico, a imprensa farroupilha também não teve uma periodicidade regular. *O Povo* circulou entre setembro de 1838 e maio de 1840, quando cessou suas publicações devido à destruição da tipografia, em um ataque das forças legalistas a Caçapava. Um outro jornal farroupilha só iria surgir em setembro de 1842, o qual foi intitulado *O Americano*. Este, foi substituído, em março de 1843, pela *Estrela do Sul*, que teve apenas três edições.

A análise destes periódicos nos fez perceber uma clara diferenciação nas concepções republicanas, predominantes entre os farrapos, entre o período do jornal *O Povo* e a época de *O Americano* e *Estrela do Sul*.

No período do periódico *O Povo*, o republicanismo enfatizava as concepções democráticas e igualitárias. A República significava muito

mais do que uma outra forma de governo, anunciando o advento de uma nova sociedade, com profundas transformações revolucionárias, como ficou expresso no texto *A República*:

Uma revolução feita em nome da República, importa alguma coisa mais que a mudança das formais governamentais. Os tempos exigem muito mais. Revolução, presentemente, é inovação em todas as molas sociais, e seu objeto supremo, essencial – o Povo – o Povo que necessita ver realçada sua dignidade, que necessita conhecer todos os seus direitos para saber os defender com nobreza, que necessita aprender quais são os seus deveres para os saber respeitar e cumprir! (O Povo, Caçapava, n.º 155, de 02/05/1840, p. 2).

Percebemos, também, a ênfase na República como regime voltado ao “Povo”, sendo a manutenção das idéias de governo popular relacionado à República uma das características dos partidários do republicanismo igualitário da época, entre os quais, Mazzini era um dos principais representantes.

Em outro texto, produzido pelos farrapos, foi enfatizada a concepção de República como uma transformação radical da sociedade:

Quando proclamamos o Sistema Democrático, já não foi uma simples luta pela Independência, que assumimos, desde aquele momento entramos nas fileiras do Exército humanitário, e nossa causa tornou-se a causa de todos os homens. [...] combatíamos unicamente por nós; mas apresentamo-nos [sic] a face do mundo, como republicanos, novos deveres nos eram impostos: já não éramos uma simples associação de homens, [...] – ofereçamo-nos, ao contrário, como uma Sociedade de homens livres, como um povo de irmãos incumbidos de uma missão solene de civilização e de glória. Nós temos proclamado a face de Deus e dos homens, e cumprimos a promessa – Os homens são iguais e irmãos – toda a humana família tem uma mesma origem. (O Povo, Piratini, n.º 27, de 01/12/1838, p.

2 e 3).

Ser republicano, portanto, significava muito mais do que ser partidário de uma forma de governo distinta da monarquia. Segundo esta concepção, ser republicano era ser um defensor de uma nova sociedade, na qual os direitos de todos os homens estariam assegurados. A República seria a concretização de uma irmandade humana, na qual os homens seriam livres e iguais, “cumprindo”, desta forma, o destino que Deus teria traçado para a humanidade. A adesão à República, desta forma, tomava a dimensão de uma missão a ser cumprida pelos homens.

A concepção igualitária, entretanto, não era a única entre os editores do jornal. Em *O Povo*, encontramos a publicação de alguns textos, cujo republicanism era destoante ao ideário igualitário predominante no periódico. Entre estes, destacamos o seguinte trecho:

Somos os primeiros a reconhecer a urgente necessidade de garantir aos cidadãos, religiosamente, o Direito da propriedade e da Liberdade em toda sua plenitude. [...] [A propriedade] é um destes Direitos sagrados do homem. [...] Republicano é sinônimo de homem Livre, homem livre é aquele que sabe respeitar a propriedade alheia, e todos os direitos de seus semelhantes, [...], que logo que ele não tem estes predicados, não é um Republicano, é um inimigo da República, é um Déspota, e um déspota hipócrita, que com a máscara da República e Liberdade, faz a guerra a mais cruel a mesma República e à mesma Liberdade, e nem disto ofusca a glória, a honra de todos homens virtuosos, dos verdadeiramente Livres e Republicanos, [...]. (O Povo, Piratini, n.º10, de 03/10/1838, p. 2 e 3).

Conforme a citação acima, percebemos que o republicanism igualitário, ainda que predominante, não era uma unanimidade entre os farroupilhas. Já neste primeiro periódico encontramos alguns textos influenciados pela República liberal, em que a questão do direito de propriedade era a mais importante.

Para o sucesso do movimento farroupilha, era preciso buscar a mais ampla adesão da sociedade rio-grandense. Neste período histórico, a propriedade de terras e escravos tinha muita relevância entre os setores da elite, os quais, conforme a historiografia, foram os protagonistas da Revolução Farroupilha⁶.

Nos anos posteriores, entretanto, a situação alterou-se. Conforme mencionamos, *O Povo* deixou de circular em maio de 1840 e o periódico farroupilha seguinte, *O Americano*, só surgiu em setembro de 1842. Neste periódico, percebemos um claro recuo nas concepções igualitárias do jornal anterior. Já nos seus primeiros números, os farrapos reproduziram textos de Benjamin Constant, autor francês que muito influenciou as elites americanas desde a década de 1820. Em trechos do texto *A soberania popular*, a questão do “governo do povo” era relativizada:

Quando se estabelece que a soberania do povo é ilimitada, se entrega a sorte na sociedade humana, um grau de poder mui grande, que é um mal verdadeiramente, quaisquer que sejam as mãos em que se deposite. (O Americano, Alegrete, n.º 2, de 28/07/1842, p. 2).

O povo que pode fazer tudo é mais perigoso que um tirano; [...]
(id., ibid., n.º 3, de 01/10/1842, p. 2).

Ao contrário do texto *A República*, citado anteriormente, no qual “o povo” seria o “objeto supremo e essencial” de uma República, neste outro contexto, os farroupilhas questionavam a “soberania popular”, afirmando que a mesma teria que ter limites. Estes limites seriam o “sistema representativo”, que os farrapos passam a enfatizar durante o período de publicação de *O Americano*, quando, também, discutiu-se um projeto de Constituição, a qual não chegou a ser institucionalizada.

Neste contexto, os farroupilhas passaram a enfatizar concepções típicas da República liberal, majoritária entre os norte-americanos. Diferentemente do que ocorrera nos EUA, entretanto, os farrapos não

rejeitaram a democracia, nem a contrapuseram ao sistema representativo. Os rio-grandenses, continuaram a declarar-se democratas, procurando, inclusive, defender o pensamento de Benjamin Constant, apesar deste não ter sido um republicano:

Não julguem alguns de nossos leitores que o autor fala contra o sistema republicano. Ele expõe unicamente um dos inconvenientes que resulta da pura democracia, isto é, a impossibilidade de uma discussão em regra pelo povo inteiro, por causa do grandíssimo número de cidadãos. (O Americano, Alegrete, n.º 7, de 15/10/1842, p.2).

Os farrapos, deste modo, não faziam uma mera reprodução de idéias estrangeiras, mas selecionavam e adaptavam obras e autores de exterior para o contexto específico da Revolução Farroupilha. Já que os rio-grandenses declararam-se republicanos, eles “transformaram” Constant em um defensor deste sistema.

Um trecho do *Estrela do Sul*, periódico que substituiu *O Americano* em março de 1843, também nos indica que, a despeito do recuo nas defesas de idéias igualitárias, os farrapos continuaram a proclamarem-se como defensores da democracia: “No Mundo novo, porém, outros são os hábitos, os costumes, e os interesses: aqui não há aristocracia, senão a de mérito, aqui não há classes privilegiadas, e o **espírito geral dos Americanos é democrático** [sem grifos no original].” (*Estrela do Sul*, Alegrete, n.º 2, de 08/03/1843, p. 1).

Assim, os farroupilhas não dissociaram República da democracia, como fizeram os autores da obra *O Federalista*, mas passaram a atribuir diferentes significados aos vocábulos. De sinônimo de “governo do povo”, democracia começava a ser identificação com “governo representativo”. Segundo este novo entendimento de democracia, o governo não seria mais exercido diretamente pelo povo, mas por seus representantes eleitos. De

qualquer forma, a proposta de eleições, defendida pelos republicanos rio-grandenses, não deixava de ser algo avançado para a época. Enquanto muitos liberais eram partidários de eleições em graus e/ou censitárias, os farroupilhas defenderam o voto direto para a escolha dos representantes do povo. Em uma nota em seu jornal, os farrapos assim defendiam o voto direto:

[...] que o povo não exerce a soberania senão pelos seus votos, que são as suas vontades; [...]. Louvores sejam dados ao nosso governo, que, desprezando a imitação servil, e estabelecendo entre nós a eleição direta, provou por este ato somente, que conhece quais são os princípios de um governo Republicano e quais são as leis que tem relação com estes princípios. (O Americano, Alegrete, n.º 12, de 02/11/1842, p. 1 e 2).

Além da divulgação pela imprensa, em seu Projeto de Constituição, redigido em fevereiro de 1843, os farroupilhas propuseram que “A Câmara dos Deputados se comporá de membros eleitos diretamente pelo povo.” (*Projeto de Constituição da República Rio-Grandense*, in: FLORES, 1985, p. 190).

Desta forma, percebemos alterações nas concepções republicanas dos farrapos. Da soberania popular, passou-se a defesa do governo representativo. Outras mudanças relevantes foram um maior enfoque no individualismo, especialmente no direito à propriedade, em contraste ao discurso igualitário e em prol da humanidade. O anterior tom revolucionário do republicanismo também cedeu espaço à prudência. Uma proclamação dos farroupilhas nos demonstra estas mudanças em suas concepções republicanas:

Os direitos dos homens estabelecidos em princípios tão sólidos e duráveis, como a moral eterna, a divisão dos Poderes Constitucionais firmada sobre a lei, a propriedade, a segurança individual combinadas com o interesse, e segurança pública, [...]. O amor de ordem, de justiça, da moderação, e da prudência será a norma de seus atos; respeito às leis, obediência ao Governo, e às Autoridades Constituídas deve ser o norte

de nossa conduta: [...]. (O Americano, Alegrete, n.º 28, de 14/01/1843, p. 2).

As alterações nas concepções republicanas dos farroupilhas devem-se, em parte, às mudanças de conjuntura. Ao contrário da época do periódico *O Povo*, nos anos posteriores a 1840, o movimento farroupilha declinava, perdendo espaço para as forças imperiais, assim como seus aliados preferencias, a oposição rosista, também sofria derrotas para o exército de Rosas e Oribe⁷.

Além das derrotas militares, os anos finais da República Rio-Grandense foram caracterizados por desavenças entre os farrapos, divididos em duas facções rivais, como demonstrou José Plínio Fachel, em sua dissertação de mestrado⁸. As lutas entre aquelas facções, no entanto, já não eram mais disputas entre distintas concepções de República, pois apenas uma delas ainda seria partidária do regime republicano. Segundo Fachel, enquanto a “maioria” enfatizava a defesa dos princípios republicanos, a “minoridade” detinha-se apenas em seus interesses pessoais⁹.

O ideário republicano dos farrapos, assim, atenuou-se neste período, adaptando-se à nova conjuntura, na qual era preciso um recuo no discurso para assegurar a adesão dos maiores proprietários de terras. Estes, certamente, estavam mais de acordo com as idéias liberais, que asseguravam seus direitos de propriedade, do que com o discurso igualitário e radical dos tempos do periódico *O Povo*. Embora tivesse prevalecido na imprensa farroupilha, entre os anos de 1838 e 1840, a República igualitária não encontrou ecos entre a elite do movimento, que, inclusive, combateu aquelas concepções radicalizadas.

3.2- Tensões de idéias no Rio da Prata.

Passemos, agora, ao caso do Rio da Prata, analisando as diferentes concepções de República no interior da oposição rosista. Com a chegada de Frutuoso Rivera a Montevidéu, em novembro de 1838, o periódico *El*

Nacional (época segunda) converteu-se no principal jornal de apoio ao novo regime. *El Nacional*, assim, foi um dos principais instrumentos da oposição rosista na luta ideológica contra o governador bonarense.

Especialmente entre os anos de 1838 e 1839, a ideologia predominante no periódico *El Nacional* era o republicanismo igualitário e democrático da “geração de 1837”. Neste período, a República era apresentada como o regime que garantiria a igualdade social, o advento de uma nova sociedade, do progresso, fundamentada nos princípios humanitários de associação e solidariedade entre os homens. Os jovens da “nova geração”, em seus primeiros anos de atuação política, também foram bastante influenciados pelo republicanismo radical dos seguidores de Mazzini. Deste modo, a República igualitária, predominante no periódico *El Nacional* em 1838 e 1839, era muito similar àquela divulgada pelo jornal farroupilha *O Povo*.

Semelhante ao caso rio-grandense, em que os farroupilhas estavam entusiasmados com suas vitórias, os opositores ao regime de Rosas também estavam muito esperançosos em vencer a luta. Com o início da segunda presidência de Rivera, Montevideu converteu-se no centro de atuação da grande coalizão de oposição a Rosas. Juntaram-se ao novo governo uruguaio os jovens da “geração de 1837” e antigos “unitários”, que, em sua maioria, já estavam em Montevideu. A “nova geração”, por exemplo, já editava, na capital uruguaia, o periódico *El Iniciador*, desde abril de 1838. O “unitário” General Lavalle iria, em princípios do ano seguinte, tornar-se o líder do exército que combateria Rosas, contando com apoio, também, de alguns governadores de províncias argentinas, especialmente o governador de Corrientes Pedro Ferré¹⁰.

A divulgação do republicanismo radical da “geração de 1837”, pelo principal periódico de apoio a Rivera, deve-se, entretanto, às peculiaridades do contexto histórico. A historiografia recente tem desvendado a real complexidade da sociedade de então. De acordo com o historiador argentino Jorge GELMAN (1996), as freqüentes afirmações de que o Rio da Prata

era caracterizado por grandes latifúndios, desde a era colonial, não condizem com a realidade histórica. A primeira metade do século XIX caracterizou-se como uma transição entre a situação de colônia, na qual prevaleceram pequenos e médios proprietários de terras voltados ao mercado interno, e o período do “Estado oligárquico”, do grande latifúndio exportador da segunda metade do século passado. Desta forma, o período representou o momento em que os latifúndios recém começavam a expandir-se, gerando forte resistência dos pequenos e médios proprietários. Além de proprietários de terras, grandes e pequenos, havia comerciantes urbanos, camadas médias, trabalhadores livres e agregados, escravos. Em um trabalho de GELMAN mais recente, em co-autoria com Juan Carlos GARAVAGLIA (1999), os autores afirmam que:

En la primer mitad del siglo XIX, aunque un puñado de grandes hacendados empieza a tener un peso importante en el control del stock ganadero, desde el punto de vista social, seguirá predominando el pequeño productor, el campesino. [...] un rasgo básico de este productor campesino es que se basa esencialmente en la utilización de mano de obra familiar. [...] En general, ocupan extensiones de tierra modestas, aunque el derecho por el cual la ocupan es muy variado, desde la propiedad legal, hasta diversas formas de arrendamiento, cuando no es la ocupación más o menos informal de terrenos baldíos. (Id., *ibid.*, 1999, s/p.).

A sociedade rio-platense da época, pois, era bem mais heterogênea e complexa do que a historiografia costumava apontar¹¹. Especificamente sobre o Uruguai, as historiadoras Lucía Sala de Touron e Rosa Alonso Eloy argumentam que “*La formación social uruguaya en esta etapa no conoció las abismales diferencias de clase, la sumisión de etnias muy numerosas, ni la magnitud de la esclavitud de países o colonias de plantaciones.*” (SALA DE TOURON; ALONSO ELOY, p. 28). Segundo as autoras, foi a partir da década de 1830, que a questão da propriedade começou a adquirir

importância no Uruguai.

Sobre o Rio Grande do Sul, há carências de estudos recentes sobre a sociedade da época. Ainda assim, o ensaio de Heloisa REICHEL (1998) mostra que, também no Rio Grande do Sul, os latifúndios ainda eram pouco numerosos, convivendo com pequenas e médias propriedades. Além disto, a autora mostra que, na época, ser estancieiro não implicava, necessariamente, em ser um grande proprietário de terras. Em suma, as décadas de 1830 e 1840 não representaram, para a Região Platina, um período apenas politicamente conturbado. Juntamente com as constantes guerras e conflitos, que marcaram a formação dos novos Estados, ocorriam significativas transformações sociais.

Em novembro de 1838, Rivera retomou o poder derrubando Manuel Oribe, cujo governo tinha representado os interesses de grandes estancieiros. Conforme as historiadoras Lucía Sala de Touron e Rosa Alonso Eloy¹², ao beneficiar grandes proprietários de terras, Oribe suscitou forte oposição entre pequenos, médios proprietários e excluídos. Oribe, desta forma, tinha tentado impor o modelo de uma oligarquia que ainda não tinha forças, sendo por isso, derrotado¹³. Foi justamente entre aqueles setores descontentes com Oribe, que Rivera aglutinou apoio para retomar o poder. Foram estabelecidos, deste modo, compromissos entre Rivera e as massas de despossuídos, pequenos e médios proprietários. A adesão de Rivera ao discurso igualitário e radical da “geração de 1837”, portanto, explica-se por estes compromissos.

No Rio da Prata, assim como entre os farrapos rio-grandenses, a República igualitária estava distante de ser uma unanimidade. Embora oficialmente se apresentasse como um grupo coeso, a oposição ao regime rosista tinha suas contradições internas, ao englobar setores tão diversos quanto a “geração de 1837”, antigos unitários, federais dissidentes, o grupo de apoio a Rivera e lideranças do Litoral, especialmente da província de

Corrientes. O discurso radical da “geração de 1837”, em seus primeiros tempos, certamente não era assumido pelo conjunto da elite rio-platense da época¹⁴. Estas contradições internas, ainda que se evitasse de expô-las publicamente, são possíveis de serem percebidas em alguns textos da imprensa da época. Deste modo, assim como no caso rio-grandense, idéias relacionadas com a República liberal também fizeram-se presentes no periódico *El Nacional*, contrapondo-se ao radicalismo da “geração de 1837”. Em um texto intitulado *Del absolutismo y de libertad*, publicado em 1838, dizia-se que o governo republicano deveria garantir: “[...] *la libertad de vivir y obrar, o la libertad de la persona y de las propiedades.*” (*El Nacional*, Montevideú, n.º 34, de 24/12/1838, p. 1). Em uma outra edição, do mesmo periódico, afirmou-se que:

[...] los sentimientos que deben formar un verdadero republicano, como se les acostumbra desde la infancia a combinar la libertad y la igualdad, base de nuestra asociación, con los sentimientos de orden y respecto a la ley, sin los cuales aquella no puede subsistir, [...] . (*El Nacional*, Montevideú, n.º 293, de 15/11/1839, p. 1).

As citações acima nos demonstram que, confrontando-se com igualitarismo social, havia a defesa do direito de propriedade assim como contraposta a idéia de revolução da “geração de 1837”, também já defendia-se a manutenção da “ordem” e das leis. Percebemos, assim, tensões entre a República igualitária e a liberal, embora, como mencionamos anteriormente, os textos relacionados com a primeira eram em número muito superior aos que defendiam a segunda, nos anos de 1838 e 1839.

A partir do final de 1839, entretanto, as concepções de República, proferidas através da imprensa, começaram a se alterar. No periódico *El Nacional*, por exemplo, os textos dos integrantes da “geração de 1837” passaram a ser publicados com uma periodicidade cada vez menor. Anos mais tarde, quando a linha do *El Nacional* já havia alterado, esboçaram-se,

inclusive, algumas críticas aos jovens da “nova geração”:

Algunos jovenes literatos, cuyos talentos constituyen la más bella esperanza de la patria, han arrojado tambien algunos rasgos acres con el mismo objeto. No hay que sensurarlos. Su ser esta reasumido en el amor sagrado de la revolución a que sirven: piensan con el corazón, y su corazón es puro entusiasmo. Colocados a tan longa distancia del teatro de los sucesos, no han podido escribir bajo el imperio de la razón; han obedecido a los gritos que sonaban en su oído, a la exasperación que nace de la resistencia, a la causa grande y justa porque luchan (El Nacional, Montevideú, n.º 1108, de 23/08/1842, p. 2).

A crítica foi amena, expressa no interior de elogios. Até nem poderia ser diferente, pois os críticos e os criticados eram aliados contra Rosas e, diferente dos anos anteriores, nos quais a aliança anti-rosista obtivera algumas vitórias, em 1842 a guerra arrastava-se, sendo que ao final do ano Rosas imporia derrotas a seus opositores e o seu exército, comandado por Oribe, invadiria o Uruguai. Os conflitos no interior da coalizão, portanto, não podiam se dar de forma aberta. O trecho acima, entretanto, é um indicativo de que a maior parte da elite rio-platense considerava, naquele momento, o ideário da “geração de 1837” como utópico, passional e em desacordo com o “império da razão”, conforme palavras do texto. A República democrática e igualitária seria, para aqueles críticos, uma utopia, sendo que a “razão” conclamava por uma República que se caracterizasse por:

El principio representativo que garante al hombre su propiedad, su vida, su honor, su prosperidad; y que le dá parte directa o indirectamente en el gobierno de su pais; es principio americano, y todas las naciones de America estan interesadas en estirpar el poder ominoso, irresponsable, despotico de uno solo, cuyo tipo se há encontrado en el interior del Asia y de Africa, y que es fatal al progreso y la felicidad de los pueblos (El Nacional, Montevideú, n.º 1020, de 06/05/1842, p. 3).

Em princípios da década de 1840, portanto, o republicanismo radical e igualitário da “geração de 1837” perdeu espaços para concepções influenciadas pela República liberal. Nos textos deste período, percebemos que as concepções republicanas identificavam, em geral, a República como o regime constitucional e legal, onde o poder é exercido por representantes eleitos, a propriedade e as leis são respeitadas.

Ainda assim, esta concepção de República continuava a reivindicar a condição de democrática, contrapondo-se a regimes monárquicos e despóticos comandados por um só, regimes estes, exemplificados com o caso de Rosas. Deste modo, semelhante ao caso dos farrapos rio-grandenses, acontecia, no Rio da Prata, as mesmas modificações nos significados de democracia. De “regime do povo”, democracia passava a representar, basicamente, eleição de representantes, conforme a concepção liberal. A continuidade da defesa da democracia é confirmada pelo seguinte trecho do texto *La constitución y la federación*:

La constitución que apetecen los pueblos Argentinos, es un código que asegure la libertad, la seguridad, el honor y la propiedad de los ciudadanos; que asiente la monarquía social sobre bases democráticas [sem grifos no original], que promueva la ilustración, la paz y el progreso de los pueblos; que sea un muro incontrastable contra el irresponsable despotismo. (El Nacional, Montevideo, n.º 1095, de 06/08/1842, p. 2).

Note-se, também, o retorno da crença de que uma constituição política garantiria o bom funcionamento da sociedade. Conforme vimos, os “jovens de 37” haviam criticado esta postura, afirmando que de nada adiantariam leis escritas enquanto não se modificassem os hábitos e costumes da população. Com o avanço das influências da República liberal, entretanto, a crença de que uma constituição proporcionaria a resolução de todos os problemas políticos retornou com bastante força, entre a maior parte dos rio-platenses, que combatiam o governo de Rosas.

Na província de Corrientes, onde o primeiro periódico de oposição a Rosas surgiu somente em 1840, a propaganda republicana dava-se de forma similar a de Montevideú, como percebemos nos exemplos abaixo:

[...] el gobierno de Corrientes, sus amigos y aliados reconocen en todos los pueblos Argentinos y ciudadanos, a sus hermanos y compatriotas queridos y desean estrechar con ellos una verdadera y pura amistad; convocarlos a trabajar en destruir los obstaculos que se prestan, para la organización de nuestra amada patria bajo el sistema Republicano Representativo, que la nación reunida en Congreso elija libre y espontaneamente. (El pueblo libertador, Corrientes, n.º 10, de 29/03/1840, p. 4).

El verdadero patriotismo importa la practica de todas las virtudes civiles y religiosas – [...] – Hablamos de aquellas virtudes más importantes en una República – sumo respecto a la ley; pronta obediencia a los Magistrados, en el ciudadano; orden, valor y subordinación en el soldado; prudencia, honradez y decisión heroica en todos – [...]. (El Nacional Correntino, Corrientes, n.º 92, de 18/09/1842, p. 2).

No Rio da Prata, portanto, também percebemos alterações nas concepções de República. O republicanismo radical, enfatizado no período inicial, foi sendo substituído, a partir do final de 1839, por concepções influenciadas pela República liberal, de cunho mais moderado. Estas mudanças devem-se a importantes alterações nas conjuunturas históricas, ao longo do período analisado.

A mudança de discurso esteve diretamente relacionada com as transformações sociais do período. Inicialmente, Rivera apoiara-se nas massas populares e em pequenos e médios proprietários para derrotar Oribe. A utilização, por parte dos representantes de regime de Rivera, da concepção igualitária e democrática de República da “geração de 1837”, desta forma, estava em sintonia com os setores sociais com os quais o presidente oriental aliara-se para chegar ao poder. Em seu governo, contudo, Rivera não aten-

deu a estes setores e, como seu antecessor, apoiou o avanço da propriedade privada da terra¹⁵. Embora Rivera tenha se utilizado da República igualitária, como ideologia para garantir apoio entre as massas de despossuídos, ele não aderiu, efetivamente, àquelas idéias. Os compromissos de Rivera eram com as elites orientais e do Litoral, especialmente com os estancieiros. Para os proprietários de terras, deste modo, era muito mais conveniente a concepção liberal de República, que garantia o direito a propriedade e a ordem social, do que a concepção igualitária, que poderia representar um perigo aos interesses destes proprietários.

A presença e tensões entre distintas concepções de República são mais indícios do quanto a sociedade da época era complexa e heterogênea, sendo que as décadas de 1830 e 1840 representaram um período de transição, no qual a propriedade de terras e gado consolidava-se e expandia-se. No Uruguai, por exemplo, a quantidade de terras oficialmente privadas passou de 1/5 para metade do território¹⁶. O triunfo de em um discurso mais moderado, deste modo, objetivava garantir adesões entre os proprietários de terras, setor da sociedade que mais se expandia, cujo apoio seria fundamental para a tentativa de se derrotar Rosas.

4- Conclusão

Nosso estudo comparado demonstrou, portanto, que tanto entre os farrapos rio-grandenses, quanto entre os rio-platenses opositores ao regime rosista, houve distintas concepções de República. No início de nosso período de análise, constatamos a ênfase em uma “República igualitária”, embora, contrapondo-se a esta, as concepções liberais também fizeram-se presentes. A “República liberal”, por sua vez, passou a ser predominante em princípios da década de 1840. Outra importante constatação de nosso estudo é que estas distintas concepções de República tiveram uma trajetória bastante similar no Rio Grande do Sul e no Rio da Prata. A ênfase inicial na República igualitária, sempre em tensões com as idéias liberais e a posterior predominância das concepções mais moderadas da República liberal,

foi um fenômeno que ocorreu, simultaneamente, tanto entre os farrapos rio-grandenses, quanto entre os rio-platenses opositores ao regime rosista. Esta constatação constitui-se em um forte indício de intercâmbios de idéias republicanas entre os farrapos rio-grandenses e os rio-platenses opositores ao regime rosista¹⁷

Mais do que a heterogeneidade de farroupilhas e da coalizão anti-rosista, as concepções contrapostas de República nos demonstram o quanto a sociedade da época era complexa. Se o triunfo da República liberal representou um indício da expansão e consolidação do domínio dos proprietários de terras, a presença de uma ideologia radicalizada, expressa na República igualitária, nos indica que outros segmentos sociais, como pequenos e médios proprietários, massas de despossuídos, etc. ainda tinham presença marcante na sociedade. Rivera precisou levar em conta os interesses destes setores para conquistar o poder em 1838. As tensões entre estas distintas concepções republicanas, desta forma, são mais um reforço às novas revelações da historiografia recente, que tem demonstrado a real complexidade da sociedade rio-platense na primeira metade do século XIX.

Nossa pesquisa, finalmente, também aponta para a importante constatação de que, para ampliarmos nosso conhecimento do processo histórico rio-grandense, é fundamental que se insira o Rio Grande do Sul também no contexto histórico rio-platense, superando a prática predominante na historiografia de analisar o estado sulino somente sob a ótica da história nacional.

Referências

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. **Anais** Porto Alegre: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul / Instituto Estadual do Livro, 11v.

BARRÁN, José Pedro. **Apogeo y crisis del Uruguay pastoril y caudillesco: 1839-1875**. Montevideu: Ediciones de la Banda Oriental,

1992.

BARRETO, Abeillard. **Primórdios da imprensa no Rio Grande do Sul: 1827-1850**. Porto Alegre: Corag, 1986.

BOTANA, Natalio R. **La tradición republicana**: Alberdi, Sarmiento y las ideas políticas de su tiempo. [2. ed.]. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990

CHAVES, Antônio José Gonçalves. **Memórias ecônomo-políticas sobre a administração pública do Brasil**. Porto Alegre: ERUS, 1978. (original de 1822).

CHIARAMONTE, José Carlos. **Ciudades, provincias, Estados**: orígenes de la Nación Argentina (1800-1846). Buenos Aires: Ariel, 1997.

EAGLETON, Terry. **Ideologia**: uma introdução. São Paulo: UNESP / Boitempo, 1997. (original de 1991).

FACHEL, José Plínio Guimarães. **As cisões políticas entre os farroupilhas durante a guerra de 1835 a 1845 no Rio Grande do Sul**. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 1994. Mimeo.

FLORES, Moacyr. **Modelo político dos farrapos**. [3. ed.]. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

GELMAN, Jorge. La cuestión agraria en un periodo de transición: la región pampeana entre los siglos XVIII y XIX. In: REICHEL, Heloisa Jochims e GUTFREIND, Ieda (coord.). **América platina e historiografia**. São Leopoldo: UNISINOS, 1996.

GELMAN, Jorge e GARAVAGLIA, Juan Carlos. El estado de la cuestión agraria en el Rio de la Plata. Balance y perspectivas. (Trabalho apresentado

nas “Segundas Jornadas de Historia Económica”, Montevideu, Uruguai, de 21 a 23/07/1999). In: **Segundas Jornadas de Historia Económica**. CD-R. Montevideu: AUHE, 1999, s/p.

GOLDMAN, Noemí e SALVATORE, Ricardo (comp.). **Caudillismos rioplatenses: nuevas miradas a un viejo problema**. Buenos Aires: EUDEBA, 1998.

GONZÁLEZ BERNALDO, Pilar. La “identidad nacional” en el Río de la Plata post-colonial: continuidades y rupturas con el antiguo régimen. In: **Anuario del IEHS “Prof. Juan C. Grosso”**, n. 12. Tandil: Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, p. 109- 122, 1997.

GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. **O horizonte da província: a República Rio-Grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)**. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997. Mimeo.

GUERRA, François-Xavier. La desintegración de la monarquía hispánica: revolución de independencia. In: ANNINO, Antonio et alli. **De los imperios a las naciones: Iberoamérica**. Saragoça: Ibercaja, p. 195-227, 1994.

GUTFREIND, Ieda. **A historiografia rio-grandense**. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

HALPERIN DONGHI, Tulio. **De la revolución de independencia a la confederación rosista: historia argentina**, t. 3. [4. ed.]. Buenos Aires: Paidós, 1993.

HAMILTON, Alexander; MADISON, James e JAY, John. **O federalista**. Brasília: UnB, 1984. (original de 1788).

ISABELLE, Arsène. **Viagem ao Rio da Prata e ao Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1949. (original de 1835).

LAYTANO, Dante de. **História da República Rio-Grandense (1835-1845)**. [2. ed.]. Porto Alegre: Globo, 1983. (1. ed: 1936).

LEITMAN, Spencer. **Raízes sócio-econômicas da guerra dos farrapos**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

MATTEUCCI, Nicola. República. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Giafranco. **Dicionário de política**. Brasília: Editora da UnB, 1996, p. 1107-1109.

MYERS, Jorge. **Orden y virtud**: el discurso republicano en el régimen rosista. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1995.

PALCOS, Alberto. **Rivadavia**: ejecutor del pensamiento de Mayo. La Plata: Universidad de La Plata, 1960.

PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. O discurso político na revolução farroupilha. In: **Revista de História do IFCH/UFRGS**. Porto Alegre: UFRGS, v.1, 1986/87, p. 39-53.

_____. O processo de independência no Rio Grande do Sul. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **1822: dimensões**. São Paulo: Perspectiva, p. 355- 372, 1972.

_____. O Rio Grande do Sul no processo de descolonização brasileiro. A guerra dos farrapos. In: **Cuadernos de historia latinoamericana**. N. 6, AHILA, p. 119-137, 1998.

_____. **Vida política no século 19**. [2. ed.]. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

PIVEL DEVOTO, Juan E. **Historia de los partidos y de las ideas políticas en el Uruguay**. Montevideu: Editorial Rio de la Plata, 1956.

PORTO, Aurélio. Notas ao processo dos farrapos. In: **Publicações do**

Arquivo Nacional. Rio de Janeiro: Oficinas gráficas do Arquivo Nacional, v. 1, 1933, v. 2, 1934, v. 3, 1935, v. 4, 1937.

REICHEL, Heloisa Jochims. A valorização da propriedade e da terra numa sociedade em transformação. A campanha platina na virada para o século XIX. In: ALMEIDA, Jaime de (org.). **Caminhos da História da América no Brasil.** Brasília: ANPHLAC, p. 125-135, 1998.

REICHEL, Heloisa Jochims e GUTFREIND, Ieda. **As raízes históricas do Mercosul:** a Região Platina colonial. São Leopoldo: UNISINOS, 1996.

REICHEL, Heloisa Jochims e SILVA, Julio C. Dorneles da. O cabildo de Buenos Aires e as práticas de cidadania. In: **Estudos leopoldenses:** série histórica. São Leopoldo: UNISINOS, vol. 1, n. 2, p. 5-23, 1997.

ROMERO, José Luis. **Las ideas políticas en Argentina.** Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica, 1987. (1. ed: 1946).

SAFFORT, Frank. Política, ideología y sociedad. In: BETHEL, Leslie (org.). **Historia de América Latina.** Vol. 6. América Latina independiente, 1820-1870. Barcelona: Ed. Crítica, 1991. (original de 1985).

SALA DE TOURON, Lucía e ALONSO ELOY, Rosa. **El Uruguay comercial, pastoril y caudillesco.** Tomo II: sociedad, política e ideología. Montevideu: Ediciones de la Banda Oriental, 1991.

SCHEIDT, Eduardo. **Concepções de República na Região Platina à época da Revolução Farroupilha.** Dissertação de mestrado. São Leopoldo: UNISINOS, 2000. Mimeo.

_____. Idéias da “geração de 1837” na imprensa farroupilha rio-grandense. In: **Estudos Leopoldenses:** série História. São Leopoldo: v. 3, n.º 1, 1999, p.67-78.

SILVA, Bento Gonçalves da. **Coletânea de documentos.** Porto Alegre:

Corag, 1985.

SPALDING, Walter. **A epopéia farroupilha**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1963.

_____. **A revolução farroupilha**. São Paulo / Brasília: Cia. Editora Nacional, Editora da UnB, 1982. (1. ed: 1936).

TOUCHARD, Jean. **Historia de las ideas políticas**. [6. ed.]. Madri: Editorial Tecnos, 1998. (1. ed: 1961).

VARELA, Alfredo. **História da grande revolução: o cyclo farroupilha no Brasil**. Porto Alegre: Globo, 1933. 6 v.

_____. **Política brasileira: interna e externa**. Porto: Livraria Chardron, 1929. 2 v.

Notas

1 Estamos cientes que há muita controvérsia em torno ao conceito de “ideologia”. Nos fundamentamos nas reflexões sobre o uso deste conceito realizadas por Terry EAGLETON (1997). Segundo o autor, “[Ideologia] Não é nem um conjunto de discursos difusos nem um todo descozido; se seu impulso é identificar e hegemonizar, é, não obstante, marcada e desarticulada por seu caráter relacional, pelos interesses conflitantes entre os que devem manobrar incessantemente. Ela não é, [...], o princípio fundador da unidade social, mas antes tenta, diante da resistência política, reconstituir esta unidade em um nível imaginário. Como tal, nunca pode ser simples “inefabilidade” ou pensamento negligentemente desconectado; pelo contrário, deve afigurar-se como uma força social organizadora que constitui ativamente sujeitos humanos nas raízes de sua experiência vivida e busca equipá-los com formas de valor e crença relevantes para suas tarefas sociais específicas e para reprodução geral da ordem social”. (id., ibid., p. 194). A citação acima expressa, com precisão, o tratamento teórico que procuramos relacionar ao republicanismo. Ao analisarmos “concepções de República”, estamos tratando de como os contemporâneos “imaginavam” sua(s) República(s). As concepções, entretanto, embora sejam uma “reconstrução imaginada”, apoiam-se na realidade material da sociedade, objetivando agir sobre esta. Desta forma, estudos da ideologia são relevantes, não somente para demonstrar como as realidades materiais eram representadas, mas, também, com o intuito de fornecer novos elementos sobre a própria realidade material de um contexto histórico.

2 Sobre a necessidade de contextualização histórica nos estudos do vocabulário político, consultar José Carlos CHIARAMONTE (1997). Conforme o autor, “*Es ya lugar común de los trabajos históricos explicar al lector la precaución que demandan los cambios de significado de las palabras a lo largo del tiempo. Su descuido, [...], es fuente de una de las formas más usuales de anacronismos,*

la de leer los textos de épocas pasadas como si los vocabulos utilizados poseyesen la misma acepción que en la actualidad". (id., ibid., 1997: 113). Em nosso estudo sobre o republicanismo, nos inspiramos, também, em algumas obras recentes, tais como José Murilo de CARVALHO (1990), Natalio BOTANA (1997) e Jorge MYERS (1995).

3 Entendemos por "Região Platina" os atuais territórios do Rio Grande do Sul, Uruguai, e das províncias que compõem o pampa argentino. Nos fundamentamos no conceito apresentado por Heloisa Jochims REICHEL e Ieda GUTFREIND (1996). Segundo as autoras, aqueles territórios constituíam, na época colonial, uma unidade econômica, social e cultural, cuja principal, embora não única, produção era a pecuária. Ainda conforme Reichel e Gutfreind, a Região Platina começou a fragmentar-se a partir do final da era colonial, quando o escravismo expandiu-se no Rio Grande do Sul, enquanto a área de colonização espanhola entrava na transição ao capitalismo. Após a Independência, com o início do processo de formação dos novos Estados, a fragmentação da Região acentuou-se. Conforme as autoras, entretanto, manteve-se a unidade em torno da cultura popular, com hábitos, costumes e valores comuns, tornando o uso do conceito de "Região Platina" pertinente, mesmo para períodos posteriores ao colonial.

4 As complexas relações externas do período farroupilha foram minuciosamente trabalhadas por VARELA (1933 e 1929) e, mais recentemente por GUAZZELLI (1997). Na historiografia rio-platense, as ambíguas relações externas de Rivera foram trabalhadas por Lucía SALA DE TOURON e Rosa ALONSO ELOY (1991).

⁵ Os periódicos analisados foram *O Povo* (1838-1840), *O Americano* (1842-1843) e *Estrela do Sul* (1843), da então República Rio-Grandense; *El Nacional* (1838-1843) e *El Iniciador* (1838-1839), de Montevidéu; e *El Pueblo Libertador* (1840), *El Nacional Correntino* (1841-1842) e *El Republicano* (1843-1844), da província de Corrientes.

6 Consultar, por exemplo, GUAZZELLI (1997), FLORES (1985) e LEITMAN (1979). Todos estes autores são unânimes em afirmar que a liderança do movimento farroupilha era formada, basicamente, por estancieiros e militares. A Revolução Farroupilha, portanto, teria sido um movimento de elites, no qual as camadas mais baixas da população não teriam participado com reivindicações próprias.

7 No que tange às relações externas da República Rio-Grandense, consultar VARELA (1933 e 1929) e GUAZZELLI (1997).

8 Sobre a divisão entre os farroupilhas, consultar FACHEL (1994). O autor demonstra que, nos anos finais da Revolução Farroupilha, as disputas entre os farrapos acirraram-se, dividindo-os em duas facções rivais, denominadas de "maioria" e "minoria". No primeiro grupo, destacaram-se Bento Gonçalves, Domingos José de Almeida e José Mariano de Mattos. As principais lideranças da minoria foram Antônio Vicente da Fontoura e David Canabarro.

9 Ibid., p. 144.

10 Informações mais detalhadas sobre a oposição rosista e os principais acontecimentos históricos do período, podem ser consultadas em HALPERÍN DONGHI, Tulio. **De la revolución de independencia a la confederación rosista**: historia argentina, t. 3. Buenos Aires: Paidós, 1993, p. 354-379.

¹¹ Sobre as novas questões da história rio-platense da primeira metade do século XIX, consultar,

também, Noemí GOLDMAN e Ricardo SALVATORE (1998).

12 SALA DE TOURON e ALONSO ELOY (1991).

13 Ibid., p. 222 e 223.

14 Apesar das grandes transformações de idéias no Uruguai, proporcionada pelos emigrados da “geração de 1837”, seu discurso igualitário, especialmente de Echeverría, não foi bem aceito pela elite local. Consultar *ibid.*, p.20 a 26.

15 Ver SALA DE TOURÓN e ALONSO ELOY (1991, p. 163 e 164). Se inicialmente Rivera apoiara-se em amplos setores excluídos pelo governo de Oribe, aquele estava longe de ser um revolucionário social como Artigas. A propriedade privada da terra expandiu-se mesmo sob os dois governos de Rivera. Este, porém, ao contrário de Oribe, não beneficiou proprietários da era colonial, mas sim os que o apoiavam e pessoas de seu bando.

16 SALA DE TOURÓN, Lucía e ALONSO ELOY, Rosa, *op. cit.*, p. 27.

¹⁷ Para maiores detalhes sobre a questão dos intercâmbios de idéias entre os farroupilhas e os rio-platenses, consultar nossos estudos anteriores: SCHEIDT (1999 e 2000).

Abstract

This article carries out a comparative analysis of the conceptions of Republic held by the *farrapos* from Rio Grande do Sul, Brazil, and by those who lived in the Rio da Prata, Uruguay and Argentina, who participated of the coalition against Rosas, during the *Farroupilha* Revolution. The main source for this work were newspapers from that time, in which we have identified a common trajectory for the different conceptions of Republic, both among the *farrapos* and among the opponents to Rosas. In both groups there had been tensions between equalitarian and liberal conceptions of Republic, related to the social transformations of that time. We concluded that Rio Grande do Sul, at the time of the *Farroupilha* Revolution, inserted itself in the Platino context, and that the set of republican ideas derived from the *Prata* region had repercussions among the *farroupilhas*, although adapting itself to the historical context of Rio Grande do Sul.

Key words

republicanism - ideals history - platina region.